

UM BREVE ESTUDO CRÍTICO SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE LEGITIMAÇÃO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)

A BRIEF CRITICAL STUDY ON THE STRATEGIES OF LEGITIMATION OF THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP (1964-1985)

Harley Sousa de Carvalho¹

SUMÁRIO: Introdução; 1 Revolução enquanto Poder Constituinte da Nação; 2 Combate à subversão: ordem e moralização; 3 Progresso econômico e o Brasil potência; Considerações finais; Referências das fontes citadas

RESUMO

Trabalho se propõe a expor e problematizar o discurso de legitimação construído pelo Governo Militar após o golpe de 1964. Parte-se da compreensão que paralelo ao aparato repressor caracterizado pela violência estatal, a Ditadura Militar buscou construir um discurso para justificar sua ação e, de tal modo, obter apoio popular para sua manutenção, buscando atribuir-se uma missão revolucionária de combate à subversão e corrupção, bem como de recondução do país ao progresso econômico. Para a realização deste objetivo, estudar-se-á bibliografia sobre o tema, a linguagem dos Atos Institucionais, discursos dos presidentes, propagandas institucionais e reportagens dos jornais "Folha de São Paulo" e "O Globo". Como conclusão, verifica-se a necessidade de cautela e postura crítica para com discursos que se utilizam de valores socialmente estimados para obter apoio popular no estabelecimento de governos autoritários.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar; Autoritarismo; Atos Institucionais; Discursos; Mídia

ABSTRACT

The paper proposes to expose and problematize the legitimation speech constructed by the Military Government after the 1964 coup. It is based on the understanding that parallel to the repressive apparatus characterized by state violence, the Military Dictatorship sought to construct a discourse to justify its action, to obtain popular support for its maintenance, seeking to assign itself a revolutionary mission to fight against subversion and corruption, as well as to bring the country back to economic progress. In order to achieve this objective, will be study sources as the bibliography on the theme, the language of the Institutional Acts, president' speeches, institutional advertisements and newspaper reports from "Folha de São Paulo" and "O Globo". As a conclusion, there is a need for caution and critical thinking towards discourses that use

¹ Mestre em Ordem Jurídica Constitucional (UFC). Advogado. Fortaleza (Ceará). E-mail: harleyjus@gmail.com.

CARVALHO, Harley Sousa de. Um breve estudo crítico sobre as estratégias de legitimação da ditadura militar brasileira (1964-1985). Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.12, n.3, 3º quadrimestre de 2017. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791

socially estimated values to gain popular support in the establishment of authoritarian governments.

KEYWORDS: *Military Dictatorship; Authoritarianism; Institutional Acts; Speeches; Mass Media*

INTRODUÇÃO

Em umas das obras mais marcantes do pensamento ocidental, o seu leitor irá encontrar, em certa passagem, a narração da degeneração de uma sociedade democrática em direção à tirania. Com uma escrita envolvente, descreve-se a democracia como um governo onde se reina a liberdade e que, assim sendo, cada um vive da maneira que lhe melhor apetece. Contudo, a beleza de tal sociedade logo decai em corrupção quando a liberdade compromete toda ordem, fazendo governantes parecerem governados e mestres se confundirem com discípulos. Em suma: toda autoridade e hierarquia são perdidas e a sociedade corrompida.

A referida narrativa se faz presente na *República*, de Platão, um dos textos mais influentes e estudados de toda filosofia ocidental². A remissão ao filósofo grego justifica-se para apresentar quão antigas e profundas são as desconfianças em relação à democracia (caracterizada como desordem) e o apreço por soluções autocráticas (caracterizada como ordem). Com essa forma de proceder, queremos, desde já, deixar explícito que o discurso ideológico que será apresentado a seguir não representa uma singularidade histórica do momento que será estudado. Pelo contrário, possui raízes mais profundas e que até hoje ressoa nas falas de segmentos nostálgicos por um governo autoritário³. É nesse contexto que se insere o trabalho ora desenvolvido.

² PLATÃO. **A república**. 9 ed. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2005.

³ Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística, 15% dos entrevistados afirmaram ser preferível, em algumas circunstâncias, uma ditadura. Outros 34% afirmaram "dar na mesma" se um regime é democrático ou não, enquanto 11% não souberam opinar. Ainda que a opinião pró-democracia tenha sido a mais citada, com 40% dos entrevistados, trata-se de uma vitória tímida. IBOPE. **Pesquisa de opinião pública sobre o momento político do país**. Disponível em <http://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/JOB_0410_BRASIL%20-%20Relat%C3%B3rio%20de%20tabelas%20-%20Democracia.pdf> Acesso em 13 jun. 2016.

No dia 31 de março de 1964, o Brasil testemunhou um dos episódios mais decisivos de sua história: a deposição do presidente João Goulart por parte das Forças Armadas. Iniciava-se nesta data um governo de exceção que se pretendia curto, mas que durou 21 anos. A manutenção do poder por tão longo período se valeu de diversas estratégias, sendo a mais emblemática e debatida a repressão por meio da violência e perseguição estatal direcionado contra “inimigos internos” sob os auspícios da Doutrina da Segurança Nacional.

Contudo, nem os mais cruéis governos dispensam belos rótulos, bem como apenas a força não sustenta tão longo domínio. Consciente disso, o governo militar buscou desde os primeiros momentos do seu exercício construir um discurso que legitimasse a sua ação, sufocasse ideologias contrárias e respondesse a eventuais questionamentos, ou, como na expressão de Carlos Fico, uma combinação de ações catalíticas e pedagógicas⁴.

Seguindo esta segunda estratégia, buscaremos apresentar e problematizar o discurso construído pelos segmentos golpistas para galgar legitimação para a sua ação uma vez que tanto violava os procedimentos constitucionais ora previstos quanto não gozava de investidura eleitoral.

Verificou-se no estudo e na pesquisa ora empreendida, que o discurso se dividiu basicamente em três vertentes: a) o caráter revolucionário (e não golpista) do governo militar; b) a restauração da ordem por meio do combate às atividades subversivas e corruptas; c) a recondução do país aos trilhos de um progresso econômico.

Para efetivar esse objetivo, realizou-se um estudo dos discursos construídos pela ditadura militar e por manifestações da sociedade civil a ela favorável, em especial os que se encontram presentes nos Atos Institucionais (por representarem posicionamentos do governo em momentos mais conturbados), nos pronunciamentos dos presidentes perante a sociedade civil em eventos público e por meio da agência nacional, propagandas governamentais e por meio

⁴ FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 111.

de jornais de grande circulação (especificamente "O Globo" e a "Folha de São Paulo").

Como recorte temporal selecionou-se o período de 1964 a 1974, que compreendeu os governos de Humberto de Alencar Castelo Branco, Artur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici. Essa opção se dá por representar a instauração e o ápice econômico e repressor do governo militar.

Não se propõe, contudo, auferir o grau de eficácia do discurso produzido, mas identificar e apresentar quais valores e estratégias retóricas são adotadas para a obtenção de uma opinião pública favorável, os quais são reiteradamente apresentados para justificar opções antidemocráticas de governo e de tomada do poder.

1 REVOLUÇÃO ENQUANTO PODER CONSTITUINTE DA NAÇÃO

Após a efetivação do golpe, a primeira pauta levantada pelas forças militares foi no sentido de justificar a sua ação perante a sociedade brasileira, apresentando as motivações para violação da ordem constitucional então vigente (Constituição Federal de 1946) e, conseqüentemente, a sua legitimação, uma vez que não havia investidura democrática ou constitucional para tal Ato.

As questões aqui implicadas não são de uma solução simplória, afinal como instaurar a ordem com a violação das normas constitucionais e de onde derivaria a autoridade jurídica da cúpula "revolucionária" para realizar Atos de natureza normativa?

Para tanto, um dos caminhos foi desenvolver uma argumentação no sentido de investir o movimento revolucionário na condição de Poder Constituinte⁵ da Nação, sendo originário e ilimitado por qualquer norma jurídica anteriormente posta, inclusive quanto à Constituição Federal. Algumas passagens do preâmbulo do Ato Institucional n.1 evidenciam essa preocupação:

⁵ Certamente o recurso ao conceito de Poder Constituinte se valeu das imprecisões e dúvidas teóricas que o termo carrega. Para melhor compreensão das diversas abordagens sobre a temática, conferir BERCOVICI, Gilberto. O poder constituinte do povo no Brasil: um roteiro de pesquisa sobre a crise constituinte. **Lua Nova**, n. 88, 2013, p. 305-325.

É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução.

A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação.

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte.

Do trecho acima mencionado podemos verificar, tanto a partir das palavras cuidadosamente selecionadas quanto do contexto expressado pelo Ato Institucional, alguns pontos fundamentais que serão adiante desenvolvidos.

Inicialmente destacamos a preocupação em fixar o caráter revolucionário do movimento de 31 de março, distinguindo-se de um golpe faccioso e buscando associá-lo à expressão da opinião pública nacional com o objetivo de trazer para o movimento um suporte popular não decorrente do procedimento eleitoral até então consagrado.

Em segundo lugar, direciona-se o discurso para o objetivo de investir-se na condição de Poder Constituinte, sendo caracterizado como detentor de poder normativo a ele imanente e não dependente de qualquer norma superior ou anterior. Deste modo, buscava a cúpula militar não se restringir aos parâmetros constitucionais até então estabelecidos, ao mesmo tempo que desejava ter sua autoridade político-normativa reconhecida.

Os dois pontos se conectam, pois, ao fazer-se representante da Nação, o autodenominado comando supremo da revolução aproximasse da concepção

clássica de Poder Constituinte⁶ onde a Nação é colocada como titular, sendo representada no exercício de tal potência. A esse respeito, faz-se válida a postura crítica de Luís Fernando Cerri quanto uso da ideia de Nação para fins de legitimação ideológica do governo:

Um dos efeitos desse mecanismo é facilitar a identificação entre a vontade da nação e a do regime vigente em cada conjuntura, o que transforma a oposição política a um projeto em oposição à coletividade nacional com a qual os indivíduos se identificam, e da qual, enquanto cidadãos, participam politicamente⁷.

A preocupação em explicar a natureza do movimento revolucionário e defender a legitimidade da sua ação fez com que representantes do governo adotassem um estilo pedagógico de exposição pautando-se numa hipotética missão institucional das forças armadas que estaria além da ordem constitucional e respaldando-se em imperativos éticos suprapositivos.

Como exemplo do exposto, em manifestação pela cadeia de rádio e televisão em 15 de julho de 1964, Castelo Branco assim se referiu aos poderes da revolução: "O Ato Institucional **criou imperativamente** um poder constituinte, a ser exercido pelos poderes Legislativo e Executivo, **com normas e prazos excepcionais**" (destaque nosso).

Em outro momento deste pronunciamento, há uma tautológica referência à autoridade do Ato Institucional para justificar as ações do governo, colocando-os como mera obediência à sua suprema e irresistível ordem. Em outras palavras, aquilo que deveria ser fundamentado (natureza normativa do Ato), passa a ser fundamento, ou seja, o Ato criou o poder constituinte.

⁶ Para uma abordagem da origem do conceito e análise crítica das releituras sobre Poder Constituinte, conferir: CAMPOS, Juliana Cristina Diniz. As origens da teoria do poder constituinte: um resgate da obra de Sieyès e suas múltiplas releituras pela doutrina publicista continental. **Revista da Faculdade de Direito da UERJ**. v. 1, n. 25, 2014. p. 153-174.

⁷ CERRI, Luis Fernando. Ensino de História e Nação na Propaganda do "Milagre Econômico". **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, n. 43, 2002, p. 207.

Contudo, sem qualquer embaraço das incoerências⁸ e da excepcionalidade afirmada, o discurso foi mantido nos anos que se seguiram, havendo expressa referência ao poder constituinte nos Atos Institucionais n. 2 (1965) e n.3 (1966), podendo-se verificar, ainda hoje, a disputa terminológica entre apoiadores (que expressam os eventos de 31 de março como revolução) e opositores (utilizam-se da consagrada e dominante expressão golpe).

Nota-se, ainda, na manifestação supracitada, uma referência a um suposto apoio da opinião pública nacional como substituto para superar a ausência de uma escolha eleitoral. Avaliando a repercussão do golpe nos meios de comunicação selecionados (O Globo e Folha de São Paulo), podemos notar duas linhas distintas, mas que convergem para a formação de uma perspectiva favorável à ação militar.

Considerando inicialmente o Jornal "Folha de São de Paulo", observa-se uma cobertura mais moderada, com manchetes como "Calma é completa no Estado de São Paulo" (1º de abril de 1964), "O comando confia: são boas as perspectivas" (11 de abril de 1964), "Castelo pede ajuda de todos os brasileiros" (16 de abril de 1964). Por outro lado, o jornal "O Globo" realiza autêntica campanha pró-golpe: "Mais 800 mil pessoas na Marcha da Vitória" (3 de abril de 1964), "Brasil põe suas esperanças na coesão das forças armadas" (6 de abril de 1964), "Ato institucional garante armas para a democracia. " (10 de abril de 1964), "O Brasil em festa saúda a posse de Castelo Branco" (15 de abril de 1964).

Pode-se compreender, a partir das notícias acima elencadas, a tentativa de mobilizar a opinião pública nacional em favor das ações do comando revolucionário e assim confirmar o disposto no Ato Institucional n.1 qual seja: a revolução como representante da Nação e titular do exercício do poder constituinte.

⁸ Em sua posse no dia 15 de abril de 1964, Castelo Branco "jurou a defender e cumprir com honra e lealdade a Constituição do Brasil", a mesma ignorada pelo movimento revolucionário dias antes.

O golpe é retratado como revolução. Como esperança e união para dias melhores, para longe de ideologias contrárias à tradição e espírito nacional que buscavam degradar as estruturas da paz social. Paz entre comandantes e comandados. Revolução que é fonte de sua própria legitimidade e único caminho capaz de vencer a extenuante batalha.

2 COMBATE À SUBVERSÃO: ORDEM E MORALIZAÇÃO

Se a abordagem do Poder Constituinte feita pelo comando supremo da revolução teve como finalidade apresentar respostas às questões em torno da validade política e normativa dos atos da revolução, sendo em um tema de interesse mais restrito, as duas temáticas que serão apresentadas neste e no tópico seguinte são de apelo mais popular e, conseqüentemente, com maior capacidade de influência para sustentação de uma opinião pública favorável ao governo.

Nos anos iniciais do governo militar, sobressaiu-se como valor absoluto do seu exercício a restauração da ordem na sociedade brasileira, combatendo-se a corrupção e os interesses comunistas, construindo-se um discurso para justificar não apenas a tomada do poder, mas um ostensivo combate contra os elementos subversivos⁹. O autoritarismo não foi encarado como tirania ou totalitarismo, mas sim como ordem e disciplina, apresentando-se como medida necessária para a proteção dos valores e tradições da sociedade e para proporcionar-lhe o progresso almejado.

Como visto pela passagem platônica acima mencionada, esta concepção favorável a um governo centralizador e de “pulso firme” não pode ser encarada como uma peculiaridade do momento por qual passava o Brasil nem uma propensão singular do povo brasileiro à sujeição, uma vez que se revelou, e ainda se revela, em diferentes épocas e sociedades.

Os anos que antecederam o golpe de 1964 foram marcados por um multipartidarismo intenso e de difícil estabilidade, tendo-se que constituir

⁹ Castelo Branco em pronunciamento sobre o primeiro trimestre da revolução: “Ainda se devem assinalar os quatro setores mais atingidos pelos empreiteiros da subversão: os proprietários rurais, os trabalhadores, os estudantes e os militares”.

extensas e frágeis coalizões para possibilitar a governabilidade do País¹⁰. Em acréscimo, o país vivia momento de intensa ebulição social fazendo Wanderley Guilherme dos Santos escrever, dois anos antes, sobre quem daria o golpe no Brasil, escrevendo que “a trama golpista continuava armada”¹¹.

Justamente ou não, passou-se a atribuir ao então vigente regime democrático características como facciosismo, egoísmo e liberdade sem responsabilidade, fazendo-se necessário, para cúpula golpista, conduzir nossa democracia à um exercício responsável.

É possível, ainda, relacionar a crise interna com a política internacional no contexto da guerra fria, onde os embates ideológicos ganharam força e notoriedade representados pelas potências polarizadoras Estados Unidos e União Soviética e que teve como evento emblemático para a dinâmica latino-americana a revolução cubana¹² de 1958, que alimentou o imaginário dos movimentos de esquerda e preocupou os segmentos da direita.

No Brasil, as acusações de um projeto “comunizante” no país elevaram-se com a ascensão de João Goulart ao poder, visto por seus opositores como simpático ao bloco comunista e que buscou incluir na sua agenda governamental um programa de reformas de base que encontrou severa oposição dos setores mais conservadores.

Embora seja difícil precisar o peso que cada fato acima apresentado possa ter representado na decisão pelo golpe militar¹³, podemos afirmar que eles ofereceram elementos que passaram a compor o discurso difundido pelo governo

¹⁰ ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson. Presidencialismo de coalização: o dilema institucional brasileiro. Dados, Rio de Janeiro, v. 31, n.1, 1988, p. 27.

¹¹ SANTOS, Wanderley Guilherme. **Quem dará o golpe no Brasil?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. p. 3.

¹² O significativo espaço dado pela imprensa para noticiar fatos da pequena ilha caribenha evidenciam como revolução cubana permeava o imaginário político da América Latina no período.

¹³ Apesar do intenso estudo da temática, existe impasses historiográficos sobre o grau de determinação exercido pelos fatores que influenciaram no golpe. Para mais detalhes, conferir: FICO, Carlos. Versões e controvérsias e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004. p.29-60.

militar perante a população, o que vai ao encontro do objeto de estudo deste trabalho.

O preâmbulo do Ato Institucional n. 1 faz expressa menção ao projeto de reconstrução moral do Brasil e à “urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista”, já no preâmbulo do Ato n.2 menciona o objetivo de “erradicar uma situação e um Governo que afundavam o País na corrupção e na subversão”. Todavia, entre os Atos Institucionais, nenhum se destaca mais na temática do que o Ato Institucional n. 5 de dezembro de 1968 que aduziu:

[...] Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção [...]

Considerando-se outra fonte de pesquisa, dentro dos 43 discursos estudados para este trabalho, proferidos entre os anos 1964 a 1974, verifica-se a expressa menção do combate à subversão em 12 deles, enquanto a corrupção é mencionada expressamente em 8. Nos demais, utiliza-se outros termos correlatos que expressam a imagem construída pelo governo militar como referências à ordem, patriotismo, religião, tradição, ausência de interesses econômicos e sujeição do indivíduo à Nação. Do conjunto, destacamos dois discursos do General Presidente Castelo Branco. O primeiro foi pronunciado perante a assembleia da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1965, onde foi sustentado o combate à ameaças internas como guerrilha e guerra psicológica, propondo uma atualização dos parâmetros de cooperação entre os membros da OEA para colaboração no combate a esse inimigo íntimo. O segundo foi pronunciado em 1965 na ocasião da abertura da Conferência Nacional da Educação, onde afirma-se a necessidade de uma presença saneadora para coibir os focos de corrupção e subversão que se instalaram próximo à juventude.

Nos discursos¹⁴ e nos Atos Institucionais, há clara expressão do que ficou conhecido como Doutrina da Segurança Nacional¹⁵, sendo tais elementos cristalizados pelo Decreto-Lei 314 de 1967 que passou a definir os conceitos de segurança nacional, segurança interna, guerra psicológica e guerra revolucionária.

Dentro dos periódicos pesquisados, impressiona-se o número de notícias que narram as constantes ações do governo militar, denunciam supostas conspirações e informam fatos negativos relacionados à países do bloco comunista. Dentre notícias do gênero, destaca-se a capa do jornal O Globo de 23 de maio de 1964: "Planos apreendidos revelam o que fariam os comunistas: incêndios, execuções e saques simultâneos em todas as cidades". Em outro momento, mensagem de apoio é publicada em 01 de outubro de 1965: "a revolução não está em perigo porque o povo vai falar".

Em adição ao combate às forças subversivas, há uma profunda desconfiança¹⁶ e repressão ao supostamente corrupto sistema partidário estabelecido sob a égide da Constituição de 1946, tendo como expressão máxima o artigo 18 do Ato Institucional n.2 que determinou a extinção dos partidos até então existentes para posterior instalação do sistema bipartidário¹⁷.

¹⁴ O futuro presidente Médici em mensagem lida no rádio e na televisão em 7 de outubro de 1969: "Desejo manter a paz e a ordem. Por isso mesmo, advirto que todo aquele que tentar contra a tranquilidade pública e a segurança Racional será inapelavelmente punido. Quem semear a violência, colherá fatalmente a violência".

¹⁵ COIMBRA, Célia Maria Bouças. Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência. **Psicologia em estudo**. v. 5, n.2, 2000, p. 1-22.

¹⁶ Desconfiança que, todavia, não surgiu com o regime militar de 64. Sobre os partidos escreveu Francisco Campos ainda no Estado Novo: "Mas o sistema não era apenas antiquado e inútil. Ele se tornara um instrumento de divisão do País, que os antagonismos de superfície, assim gerados, traziam em sobressalto constante, perturbando o seu regime de trabalho. [...] É, aliás, o resultado infalível das democracias de partidos, que nada mais são virtualmente do que a guerra civil organizada e codificada. Não pode existir disciplina e trabalho construtivo num sistema que, na escala dos valores políticos, subordina os superiores aos inferiores e o interesse do Estado às competições de grupos". **Estado Nacional**: sua estrutura, seu conteúdo ideológico. Brasília: Senado Federa, 2001. p. 43

¹⁷ Assim se pronunciou Médici na convenção da ARENA em 20 de novembro de 1969: "Meu gesto de filiação partidária não é sectarismo, não visa ao dissenso, antes ao alento e à confiança. Quero o fortalecimento dos Partidos no trato altaneiro das questões nacionais, a diversidade nos caminhos, a convergência nos fins, sem que se pense necessária a coalizão".

Por reiteradas vezes é possível encontrar condenações morais em relação ao jogo político partidário por meio de críticas aos partidos extintos e elogios à “oposição responsável” do Movimento Democrático Brasileiro. Em adição, as escolhas dos ministros¹⁸ passaram a ser baseadas em qualidades como conhecimento científico e identificação com os valores da revolução, estando imunes às práticas da política convencional.

Verifica-se então a construção de uma narrativa que tornasse necessária a intervenção das forças armadas para a restauração da ordem no Brasil, caracterizando a ação militar como destinada a atender aos interesses nacionais e não onde não imperam objetivos corporativos e ideológicos, constituindo uma missão institucional que impulsionou tal ação e do movimento revolucionário o garantidor máximo da sociedade pátria.

3 PROGRESSO ECONÔMICO E O BRASIL POTÊNCIA

A permanente luta do ser humano para a obtenção das condições materiais de sua subsistência é uma marca indelével da sua condição, influenciando a sua individualidade e a sua sociabilidade. Essa característica reflete diretamente na importância e valorização que a temática econômica, científica ou não, assume dentro de qualquer sociedade, demandando especial atenção e com significativo potencial gerador de conflitos.

Embora um determinismo econômico que explique todas instituições sociais e políticas com base nas relações de produção possa ser uma visão reducionista, pois ignora o poder de influência de elementos culturais, morais, religiosos e históricos, fato é que o argumento econômico possui relevante peso na deliberação política¹⁹.

¹⁸ Neste sentido se expressou Médici quanto à escolha de corpo ministerial do seu Governo: “Valho-me agora desses conhecimentos e de meu próprio julgamento na escolha isenta de meus Ministros, imune às pressões de toda ordem, de ordem sentimental ou racional — políticas, militares, econômicas”.

¹⁹ Em sua investigação sobre o suporte popular a regimes autoritários, Stein conclui que o fator econômico não pode ser considerado isoladamente para explicar o apoio ou oposição ao governo, devendo-se analisar, entre outros, a questão da censura. STEIN, Elizabeth. The Unraveling of Support for Authoritarianism: The Dynamic Relationship of Media, Elites, and Public Opinion in Brazil, 1972–82. **The International Journal of Press/Politics**, n. 18, 2013, p. 103

Ter essas considerações em mente faz-se fundamental para a compreensão do potencial de convencimento que um bom desempenho econômico possa exercer sobre a população, justificando regimes políticos diversos, democráticos ou não, desde que bem-sucedidos quanto ao desenvolvido²⁰. Para fortalecer essa afirmação, podemos considerar pesquisa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento que apresentou, no início da década passada, quando quase todos os países viviam formalmente em uma democracia, o resultado de “que 54,7 por cento dos latino-americanos estariam dispostos a aceitar um governo autoritário desde que ele resolvesse a situação econômica²¹.”

Na ditadura militar pós 64, a temática econômica foi amplamente explorada²², articulando-se nos discursos questões como combate à inflação, respeito à propriedade e à iniciativa privada, convivência harmônica entre empregados e empregadores, integração, compromisso patriótico e educação.

Dos 43 discursos objetos de análise, a temática do desenvolvimento, crescimento ou progresso econômico é abordado em 38 deles, ressaltando diferentes aspectos como a herança negativa do governo de João Goulart, a grandeza dos desafios e a seriedade com que são enfrentados e os resultados crescentes do produto interno bruto. O assunto é igualmente tratado nos preâmbulos dos Atos Institucionais 1, 2 e 5, como argumento favorável à manutenção do regime.

Verificou-se inicialmente uma ênfase na crise econômica herdada²³ dos governos anteriores, ressaltando-se aspectos como inflação, desemprego e resseção. Essa estratégia tem como objetivo reduzir as cobranças por resultados imediatos e,

²⁰ O jornal O Globo estampou a seguinte capa em 18 de dezembro de 1968: “Delfim Neto: Ato 5 elimina obstáculos ao desenvolvimento”.

²¹ PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **A democracia na América latina**: rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãs. Tradução de Mônica Hirts. Santana do Parnaíba: LM&X, 2004, p. 33.

²² De acordo com Carlos Alberto Giannasi, “a indústria é, para os pensadores militares, um assunto de defesa internacional”. **A doutrina de segurança nacional e o “milagre econômico” (1969/1973)**. 2011. 313f. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. p. 210.

²³ Discurso do presidente Castelo Branco em 15 de julho de 1964: “A herança que coube ao Governo atual é uma estrutura econômica, financeira e social desmantelada. A desorganização administrativa estava aliada aos objetivos subversivos. Encontramos o País na orgia inflacionária”.

antecipadamente, preparar justificativas na ausência de pleno sucesso na condução da política econômica.

Em seguida, o teor do discurso do governo passa a abordar as medidas que seriam necessárias para superação da crise e retomada do crescimento. Começa-se, então, a valorizar-se a firmeza²⁴ e o sentimento patriótico do governo para colocá-lo como imperativo para a aplicação das medidas saneadoras necessárias, exigindo igual compromisso e sacrifício da população para que, numa grande união nacional, vencesse a decadência econômica.

Aliada à firmeza de caráter e propósito, ressalta-se em diversas passagens a gestão técnico-científica da máquina pública, buscando independência dos influxos partidários²⁵ que são relacionados a interesses facciosos e egoísticos. Nessa perspectiva, uma série de planos²⁶ foram anunciados como o Plano de Ação Econômica do Governo, Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social e o Plano Estratégico de Desenvolvimento.

Quanto as relações de trabalho, o apelo se direcionou para uma postura de união em prol do progresso econômico nacional, abandonando-se posturas ideológicas prejudiciais aos interesses da Nação²⁷. São direcionadas cobranças para

²⁴ Discurso do presidente Castelo Branco em 09 de março de 1965: “ao contrário da promessa inscrita em nossa bandeira, não tínhamos ordem e perdêramos a capacidade para gerar progresso”.

²⁵ Na visão hegemônica da época, a melhor maneira de se governar a economia não era pelos pressupostos das liberdades democráticas, mas, sim, por meio de um regime político de caráter tecnocrático. FERREIRA, Amarílio; BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. **Cedes**, v. 28, n. 76, set-dez, 2008, p. 338.

²⁶ A proliferação de planos passou a sofrer questionamentos internos à cúpula do governo militar. Em discurso pela televisão no dia 31 de dezembro de 1969, o presidente Médici declarou: “Lembro que o quadriênio da hora zero desta noite não me verá trazer palavras mágicas, nem planos milagrosos de transmutação total das expectativas realísticas e possíveis. Convencido estou da menor necessidade de novos planos que de determinação e constância para acionar e aperfeiçoar o que planejado existe”

²⁷ Negar a luta de classes é uma estratégia usual em governos centralizados, tal como ocorreu no período varguista. CABRAL, Gustavo Cesar Machado. Federalismo, autoridade e desenvolvimento no Estado Novo. **Revista de Informação Legislativa**, a. 48, n. 189, jan./mar. 2011, p. 144.

trabalhadores – vistos antes como foco da atividade subversiva – e empreendedores²⁸, visando fomentar o clima de paz social.

A presença saneadora também se fez sentir na educação e no tratamento da juventude.

Base de uma série de ações de contestação e oposição, os movimentos estudantis, entre os quais se destacou a União Nacional dos Estudantes, formaram grupos de contestação antes e depois do golpe. Para reverter esse quadro e atrair a vitalidade desta juventude para seus propósitos²⁹, o governo militar passou a empreender o combate às ideologias subversivas na formação escolar, incentivando uma visão da educação³⁰ pautada na formação técnica³¹ e profissional, bem como de valores cívicos e patrióticos.

Com o avançar dos anos e os primeiros sinais de recuperação do crescimento econômico, passou-se a focar nos resultados produzidos pela Revolução, tomando-se como estratégico intensificar a propaganda positiva ao governo. Para esse intento, a estruturação da Assessoria Especial de Relações Públicas³², em 1968, foi fundamental para difusão de uma pauta favorável ao governo. A

²⁸ Presidente Costa e Silva, em mensagem dirigida à nação, ao ensejo do Dia do Trabalho, lida pelo Ministro Jarbas Passarinho: “Na área do trabalho, esse humanismo social está a serviço da conciliação de propósitos entre o Capital e o Trabalho. Os comunistas e seus aliados da esquerda negam essa possibilidade e, por isso, pregam a extinção das classes, para implantação da ditadura do proletariado. Os direitistas advogam a «paz romana», pois querem conciliar o Capital com o Trabalho esmagando os trabalhadores, negando-lhes o direito de defender suas causas, contendo-os numa legislação que os transforma em passivos espectadores do processo sócio-econômico”.

²⁹ Discurso do Presidente Castelo Branco em 13 de setembro de 1964: A criação do Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social constitui um desafio ao idealismo de nossa juventude. “Dá-lhe a oportunidade de transformar o protesto vazio e a vocalização de «slogans» em ação efetiva para corrigir injustiças, minorar sofrimentos e aperfeiçoar a capacidade produtiva da comunidade”.

³⁰ CARVALHO, Celso. A educação que nos convém: o Ipes e a ação político-ideológica da burguesia na década de 1960. In: **EccoS Revista Científica**, vol. 9, n. 2, jul-dez, p. 378.

³¹ Castelo Branco afirmou em pronunciamento em 8 de fevereiro de 1965: “Numa hora em que a Nação está empenhada em retomar o seu desenvolvimento, seria impossível deixar de preocupar-se com o alargamento do seu quadro de técnicos e operários especializados”.

³² Presidente Médici: “Objetivando informar a opinião pública, motivar a vontade coletiva para o esforço nacional de desenvolvimento e contribuir para o prestígio internacional do Brasil, será estabelecido um Sistema de Comunicação Social, com base na atuação dos órgãos do Poder Executivo. Princípios de verdade, legitimidade, integração de esforços, eficiência e impessoalidade regerão a comunicação social do Governo. O órgão de direção central do Sistema será a Assessoria Especial de Relações Públicas”.

formulação de slogans³³ como “Ninguém segura o Brasil”, “É tempo de construir” e “Você constrói o Brasil”, assim como vídeos institucionais ressaltando ações ousadas (como a integração da Amazônia), aumento do PIB, produção de veículos, a pacificação social, tiveram como objetivo resgatar o otimismo nacional e reconhecimento para a rigidez e moralidade da ditadura como elementos determinantes.

O otimismo repercutiu na imprensa que passou reproduzir os feitos da economia brasileira e a repercussão internacional de tal crescimento. O Jornal Folha de São Paulo escancara otimismo nas edições iniciais do ano de 1971, apresentando notícias de capa como “Um ano de trabalho e esperança” (01 de janeiro); “A boa notícia do ano é o Brasil” (03 de janeiro); “Mercado de ações alcança recorde” (05 de janeiro). Já “O Globo” noticiou, em 10 de dezembro de 1971, que os “EUA reconhecem Brasil como uma das nações de mais rápido desenvolvimento”.

O Brasil deixava – segundo essa representação – de integrar o grupo dos países populistas, condenados a amargar o subdesenvolvimento e caminhava a passos largos em direção ao grupo das nações desenvolvidas. A respeito dessa questão, analisaram Geddes e Zaller³⁴:

During this period the government-controlled media depicted the military regime in glowing terms. The regime was portrayed as leading the nation to spectacular economic growth, providing for the laboring poor more effectively than the “demagogic” politicians of the past, and coping resolutely with urban terrorists who threatened the nation with chãos. The implication of this coverage was that military and its Stern policies were, after all, good for Brazil.

Ainda que seja razoável questionar a efetividade do crescimento experimentado pelo Brasil na primeira década do governo militar, podendo-se apontar a persistência dos problemas inflacionários e o aumento da desigualdade social no país, não há como negar a intensa utilização do “milagre econômico” como

³³ Segundo Carlos Fico a célebre frase “Brasil: ame-o ou deixe-o” foi de responsabilidade da operação bandeirante. Op. Cit. p. 111.

³⁴ GEDDES, Barbara; ZALLER, John. Sources of popular support for authoritarian regimes. **American Journal of Political Sciences**. v. 33, n. 2, 1989. p. 325.

elemento para obtenção de apoio social, explorado em discursos e propagandas institucionais como argumento favorável e legitimador da ditadura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, o governo militar pós-64 não se limitou ao uso da força e de outras estratégias de repressão – como a censura – para conservar seu poder por mais de duas décadas. Na realidade, fez uso de uma ferramenta amplamente utilizada em governos autoritários ou não, qual seja: a construção de uma agenda positiva.

Noticiar massivamente virtudes, méritos e sucessos da gestão, independente dos métodos envolvidos, ao mesmo tempo que sufoca manifestações contrárias e de oposição que ofereçam contrapontos e dissidências, permite a construção de um discurso hegemônico que, se pode não contar com perfeita eficácia social, tem o condão de influenciar um segmento não desprezível da população.

Conhecer e compreender o discurso de legitimação construído pela ditadura, com toda sua retórica e superficialidade empregada, é necessário para nos manter vigilantes e críticos à todas tentativas de subversão das regras do jogo democrático que normalmente invocam valores e ideais que são social e politicamente estimados.

Ordem, democracia, desenvolvimento econômico, justiça social, dignidade humana, moralização, combate à corrupção, paz, restauração, tradição, família e cooperação, entre outros valores, foram invocados pelo movimento golpista de 1964 para desferir uma violenta interferência nas instituições políticas e sociais do nosso país.

O alerta se faz necessário: as ameaças à democracia geralmente utilizam valores que são socialmente estimados, muitas vezes invocando a própria democracia para justificar tal desobediência, fazendo com que essas violações passem despercebidas ou até sejam desejadas.

Desejamos, portanto, contribuir para uma maior criticidade dos discursos políticos que são construídos por governantes e opositores. O desenvolvimento

CARVALHO, Harley Sousa de. Um breve estudo crítico sobre as estratégias de legitimação da ditadura militar brasileira (1964-1985). Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.12, n.3, 3º quadrimestre de 2017. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791

de uma cidadania emancipatória demanda a análise e compreensão das ações e meios empregados na disputa pelo poder para que não sejamos, eventualmente, apoiadores daqueles nos colocarão grilhões, especialmente em tempos em que a lógica economicista e as técnicas midiáticas estão ainda mais sofisticadas e influentes, buscando identificar o interesse de grupos específicos com o interesse nacional.

REFERÊNCIAS DAS FONTES CITADAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson. Presidencialismo de coalização: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 31, n.1, 1988, p. 5 a 34.

BERCOVICI, Gilberto. O poder constituinte do povo no Brasil: um roteiro de pesquisa sobre a crise constituinte. **Lua Nova**, n. 88, 2013, p. 305-325.

CABRAL, Gustavo Cesar Machado. Federalismo, autoridade e desenvolvimento no Estado Novo. **Revista de Informação Legislativa**, a. 48, n. 189, jan./mar. 2011.

CAMPOS, Francisco. **Estado Nacional**: sua estrutura, seu conteúdo ideológico. Brasília: Senado Federa, 2001

CAMPOS, Juliana Cristina Diniz. As origens da teoria do poder constituinte: um resgate da obra de Sieyès e suas múltiplas releituras pela doutrina publicista continental. **Revista da Faculdade de Direito da UERJ**. v. 1, n. 25, 2014. p. 153-174.

CARVALHO, Celso. A educação que nos convém: o Ipes e a ação político-ideológica da burguesia na década de 1960. **EccoS Revista Científica**, v. 9, n. 2, jul-dez.

CASTELO BRANCO, Humberto Alencar de. Discurso perante o Congresso Nacional, ao tomar posse no cargo de Presidente da República. Biblioteca da Presidência da República. 15 abr. 1964.

_____. Discurso pelo rádio e tv, dando um balanço do primeiro trimestre de atividades do governo revolucionário. Biblioteca da Presidência da República. 15 jul. 1964.

_____. Discurso na ocasião da instalação do conselho nacional de planejamento. Biblioteca da Presidência da República. 9 mar. 1965.

_____. Discurso na solenidade de assinatura da mensagem relativa ao movimento universitário de desenvolvimento econômico e social. Biblioteca da Presidência da República. 13 set. 1964.

CARVALHO, Harley Sousa de. Um breve estudo crítico sobre as estratégias de legitimação da ditadura militar brasileira (1964-1985). Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.12, n.3, 3º quadrimestre de 2017. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791

_____. Discurso no "Fórum Roberto Simonsen" para a formação de um número maior de técnicos e operários especializados. Biblioteca da Presidência da República. 8 fev. 1964.

CERRI, Luis Fernando. Ensino de História e Nação na Propaganda do "Milagre Econômico". **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, n. 43, 2002.

COIMBRA, Célia Maria Bouças. Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência. **Psicologia em estudo**. v. 5, n.2, 2000, p. 1-22.

FERREIRA, Amarílio; BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. **Cedes**, v. 28, n. 76, set-dez, 2008.

COSTA E SILVA, Artur da. Mensagem dirigida à nação, ao ensejo do "dia do trabalho", lida pelo ministro Jarbas Passarinho na sede do Sindicato dos Portuários, a 1º de maio de 1967, e transmitida a todo o país, através da rede nacional de rádio e televisão, comandada pela agência nacional. Biblioteca da Presidência da República. 1 maio 1967.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. Versões e controvérsias e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

GIANNASI, Carlos Alberto. **A doutrina de segurança nacional e o "milagre econômico" (1969/1973)**. 2011. 313f. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo.

GEDDES, Barbara; ZALLER, John. **Sources of popular support for authoritarian regimes**. American Journal of Political Sciences. v. 33, n. 2, 1989.

IBOPE. **Pesquisa de opinião pública sobre o momento político do país**. Disponível em http://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/JOB_0410_BRASIL%20-%20Relat%C3%B3rio%20de%20tabelas%20-%20Democracia.pdf Acesso em 13 jun. 2016.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. **"O jogo da verdade", mensagem lida no rádio e na televisão**. Biblioteca da Presidência da República. 7 out. 1969.

_____. **"Tempo de reconstrução", discurso lido na convenção da ARENA**. Biblioteca da Presidência da República. 20 nov. 1969.

_____. **"Como vejo um ministro", mensagem lida em cadeia de rádio e TV**. Biblioteca da Presidência da República. 20 out. 1969.

_____. **"Os quatro horizontes do futuro", mensagem transmitida pelo rádio e pela TV**. Biblioteca da Presidência da República. 31 dez. 1969.

CARVALHO, Harley Sousa de. Um breve estudo crítico sobre as estratégias de legitimação da ditadura militar brasileira (1964-1985). Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.12, n.3, 3º quadrimestre de 2017. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791

_____. **Primeiras diretrizes lidas em reunião ministerial e divulgadas pela Secretaria de Imprensa.** Biblioteca da Presidência da República. 06 de jan. 1970.

PLATÃO. **A república.** 9 ed. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2005.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **A democracia na américa latina:** rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãs. Tradução de Mônica Hirts. Santana do Parnaíba: LM&X, 2004.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Quem dará o golpe no Brasil?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

STEIN, Elizabeth. The Unraveling of Support for Authoritarianism: The Dynamic Relationship of Media, Elites, and Public Opinion in Brazil, 1972–82. **The International Journal of Press/Politics**, n. 18, 2013, p. 83-107.

Submetido em: outubro de 2017

Aprovado em: dezembro de 2017